DocuSign Envelope ID: 5E9F416E-0579-4BF9-B196-F14C2820F220

Central Eólica SRMN III S.A.

CNPJ nº 29.433.969/0001-38

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	7.838	7.269
Concessionárias	8	503	-
Impostos a compensar	9	420	10
Cauções e depósitos vinculados	11	-	10.069
Adiantamento a fornecedores	12	4.175	27
Partes relacionadas	10		6.156
Outros créditos		-	16
Despesas antecipadas		34	-
		12.970	**23.546**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	1.809	-
Cauções e depósitos vinculados	11	3.563	2.824
Imobilizado	13	150.551	153.307
		155.923	**156.130**
Total do ativo		**168.893**	**179.677**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Impostos a pagar	9	1.107	70
Fornecedores	14	2.872	23.445
Empréstimos e financiamentos	15	16.055	10.095
Partes relacionadas	10	-	26.480
Outras contas a pagar		213	-
		20.247	**60.090**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	105.217	93.047
Provisões	16	516	-
		105.733	**93.047**
Total do passivo		**125.980**	**153.137**
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		42.941	27.731
Prejuízo acumulado		(27)	(1.191)
Total do patrimônio líquido		**42.914**	**26.540**
Total do passivo e patrimônio líquido		**168.893**	**179.677**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	18	**23.504**	**-**
Custo do serviço de energia elétrica	19		
Custo com energia elétrica		(2.673)	-
Custo de operação		(8.367)	-
Lucro bruto		**12.464**	**-**
Despesas e Receitas	19		
Despesas gerais e administrativas		(397)	(989)
		(397)	**(989)**
Resultado antes do resultado financeiro, participaçõessocietárias e tributos		**12.067**	**(989)**
Resultado financeiro	20		
Despesas financeiras		(10.557)	(6)
Receitas financeiras		577	-
		(9.980)	**(6)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**2.087**	**(995)**
Tributos sobre o lucro	21	**(923)**	**-**
Resultado líquido do exercício		**1.164**	**(995)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	1.164	(995)
Resultado abrangente do exercício	**1.164**	**(995)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**54.211**	**-**	**-**	**(196)**	**54.015**
Redução de capital	(26.480)	-	-	-	**(26.480)**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(995)	**(995)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**27.731**	**-**	**-**	**(1.191)**	**26.540**
Aumento de capital	15.210	-	-	-	**15.210**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.164	**1.164**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**42.941**	**-**	**-**	**(27)**	**42.914**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/ (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.087	(995)
Depreciações	4.815	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos	9.625	-
Juros provisão desmantelamento	76	-
	16.603	**(995)**
Variações em:		
Concessionárias	(503)	-
Impostos a compensar	(410)	(10)
Despesas pagas antecipadamente	(34)	-
Adiantamento a fornecedores	(4.148)	84
Outros créditos	16	469
Fornecedores	(20.573)	15.387
Impostos a pagar	473	16
Partes relacionadas	4.347	-
Outras contas a pagar	213	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(4.016)**	**14.950**
Juros pagos	(4.522)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(360)	(29)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(8.898)**	**14.921**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	9.330	(12.086)
Adições ao imobilizado	(1.620)	(98.967)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**7.710**	**(111.053)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	(11.270)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	15.240	74.221
Amortização do principal de empréstimos	(2.213)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**1.757**	**74.221**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**569**	**(21.911)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.838	7.269
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.269	29.180
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**569**	**(21.911)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica SRMN III S.A. ("Companhia" ou "SRMN III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica SRMN III e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº3729, 9° andar, Sala 17, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **1.1. Autorização do Parque Eólico Santa Rosa Mundo Novo III**: Em 04 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017 a Companhia vendeu 18,0 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica Santa Rosa Mundo Novo III, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, ao preço de R$108,25/MWh. Em 04 de janeiro de 2022, a ANEEL emitiu o despacho nº 11, autorizando o início da operação comercial da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III a partir de 5º de janeiro de 2022.

Empresa		**Central Eólica SRMN III**
Usinas		EOL Santa Rosa e Mundo Novo III
Modalidade		Produtor Independente
Outorga		Autorização
Estado		RN
Capacidade instalada (MW)		33,60
Energia assegurada (Mm)		20,00
Data do início da operação		2022
	Início	04/06/2018
Autorização / Registro	Término	03/06/2053

1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido a pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque eólico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em julho de 2021 (ii), desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB, (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 22, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação da vida útil e do valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 13). • Provisão de desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 18); • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 26).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável** - **Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **h) Provisões**: Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. **Contingências:** São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. **Provisão para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 13,55% (11,40% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização. **i) Demais passivos circulantes e não circulantes**: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **j) Operações de arrendamento***:* No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Para esses contratos de arrendamento de terrenos por terem remuneração variável ao arrendador a companhia não aplicou o IFRS16. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais, e para a contribuição social corrente, é calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23. **ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro:** Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que a mesma seja contemplada na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. **l) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **m) Apuração do resultado**: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **n) Receita operacional líquida:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão ou adiantamento e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. **o) Receitas e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **p) Ativos e passivos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 22.1. **Compensação de instrumentos financeiros.:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. ***Impairment:*** Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações à IAS 1:** As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	7.838	717
Aplicações financeiras - renda fixa	-	6.552
Total	**7.838**	**7.269**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

8. CONCESSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Mercado regulado	250	16
Mercado livre	253	-
Total	**503**	**16**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era composto pelos seguintes valores: R$250 (R$16 em 31 de dezembro de 2021) para o mercado regulado referente a venda de energia no ambiente da CCEE Câmara de Comercialização de Energia, feitos pelos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado e R$253 para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da energia excedente ou energia teste. A Administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	250	16
Até 60 dias	253	-
Total	**503**	**16**

O saldo de R$61 em 31 de dezembro de 2022 a vencer até 60 dias refere-se substancialmente à venda da geração de energia da fase de teste da usina, junto à Camara de Comercialização de Energia - CCEE

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos compensáveis		
ICMS	387	386
IRRF sobre aplicações financeiras	31	10
Outros	2	-
Total	**420**	**396**
Passivo a recolher		
ICMS sobre diferencial de alíquota	418	417
Imposto de renda e CSLL	277	31
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros	-	3
IRRF sobre aplicação financeira	4	4
PIS e COFINS	69	-
ISS	154	1
Outros	185	-
Total	**1.107**	**457**

10. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	**Contraparte**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo			
Partes relacionadas			
Liquidação de operação de Hedge - Repasse EDPR	EDP Renováveis Brasil S.A.	-	6.146
Venda de Energia	Boqueirão I	1.645	-
Venda de Energia	CE Monte Verde VI	111	-
Compartilhamento de Capex (a)	SRMN II, III, IV e V.	53	10
Total ativo		**1.809**	**6.156**
Passivo			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (b)	EDP Renováveis Brasil S.A.	(138)	(5.693)
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (b)	SRMN I	(19)	(17)
Compartilhamento de Capex (a)	SRMN II	(39)	(14.221)
Compra de Energia	Baixa do Feijão II, III, IV, JAU e Aventura I	(54)	-
Operação de Sistema (c)	EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S. A	-	(5)
		(250)	**(19.937)**
Partes relacionadas			
Redução de capital	SRMN Holding S.A	-	(26.481)
		-	**(26.481)**
Total passivo		**(250)**	**(46.418)**
Resultado			
Receita operacional			
Energia comercializada no mercado livre	EDP Comercializadora de energia	781	-
Energia comercializada no mercado livre	Boqueirão I	19.803	-
Energia comercializada no mercado livre	CE Monte Verde VI	1.123	-
		21.707	**-**
Custo do serviço			
Compartilhamento de custos	EDP Renováveis Brasil	(644)	-
Outras despesas	EDP Comercializadora de energia	(27)	-
Compra de energia	EDP Comercializadora de energia e Baixa do Feijão II, III, IV, JAU e Aventura I	(59)	-
		(730)	**-**
Total		**20.977**	**-**

A redução do saldo entre partes relacionadas se deu substancialmente pelo pagamento durante o ano de 2022 da redução de capital R$26.481, o recebimento da liquidação da operação de hedge pela EDPR R$6.146, o aumento de capital com AFAC no valor de R$24.043 e o pagamento de custos compartilhado de R$5.693 e R$14.221. **a) Compartilhamento de CAPEX:** Em 24 de agosto de 2021 as empresas Centrais Eólicas SRMN I, II, III, IV e V celebraram contrato de consórcio com o compromisso de dividir em partes iguais as estruturas comuns de subestação, linha e bay de conexão inerentes aos parques eólicos. O saldo registrado no ativo refere-se a valores pagos pela SRMN I de natureza imobilizado, que foram compartilhados entre as Centrais Eólicas SRMN I, II, IV e V. **b) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos**: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção. Sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. **c) Contrato de monitoramento de operação do parque eólico** A Companhia celebrou contrato com a Serviços de Energia S.A. de monitoramento remoto do parque eólico, corrigido anualmente pelo IPCA. **10.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte**: A controladora direta da Companhia é a SRMN Holding S.A. a controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **10.2. Remuneração dos administradores**: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica SRMN III S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como lic

DocuSign Envelope ID: 5E9F416E-0579-4BF9-B196-F14C2820F220

...continuação **CENTRAL EÓLICA SRMN III S.A.** | CNPJ nº 29.433.969/0001-38

Banco do Brasil: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos). **15.2. Obrigações contratuais:** Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNB, as quais serão exigidas somente após o início das operações, abaixo detalhamos essas obrigações: Apresentar fiança bancária referente a 100% do saldo devedor; Apresentar em conta caução e depósitos vinculados um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no 2,51% do valor desembolsado A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

16. PROVISÃO DE DESMANTELAMENTO

	31/12/2022	31/12/2021
Desmantelamento	516	-
Total	**516**	**-**

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2021	**-**
Atualização	76
Provisão	440
Saldo em 31/12/2022	**516**

(a) Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico de Santa Rosa Mundo Novo V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 13,55% a.a.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social: Em de 2022 os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R$15.210 representando 22.403 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizadas mediante a deposito em moeda corrente nacional. O Capital Social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R$ 42.941 (R$ 27.731 em 31 de dezembro de 2021). O Capital Social é composto de 115.969.555 (93.566.074 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Acionistas				
SRMN Holding S.A.	115.969.555	100%	93.566.074	100%
Total	**115.969.555**	**100%**	**93.566.074**	**100%**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme Estatuto Social. **17.2. Destinação do lucro**: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R$27 (R$1.105 em 31 de dezembro de 2021).

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	2.737	-
Suprimento de energia elétrica com partes relacionadas	21.707	
Ajuste financeiro	(50)	-
Total de receita bruta	**24.395**	**-**
Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(890)	-
Total de deduções	**(890)**	**-**
Total de receita operacional	**23.504**	**-**
MWh comercializado (não auditado)	163	-

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Custo do serviço do serviço de energia elétrica		
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica	(756)	-
Energias elétrica comprada para revenda	(1.858)	-
Energias elétrica comprada para revenda com partes relacionadas	(59)	
	(2.673)	**-**
Gerenciáveis		
Compartilhamento de custos	(671)	-
Depreciação e amortização	(4.815)	-
Materiais e serviços	(2.042)	-
Outras despesas	(412)	-
Arrendamentos	(307)	-
Seguros	(88)	-
Despesas tributárias	(30)	
	(8.365)	**-**
Total	**(11.038)**	
Gerais e administrativos		
Serviços de terceiros e materiais	(49)	(855)
Doações	(35)	(31)
Outras despesas	(313)	(103)
	(397)	**(989)**
Total	**(11.435)**	**(989)**

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros recebidos	2	-
Renda de aplicações financeira	575	-
Total das receitas financeiras	**577**	**-**
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(76)	-
Comissões sobre financiamentos	(55)	-
Despesas com garantias bancárias	(826)	-
Encargos de dívidas	(9.585)	-
Outras despesas financeiras	(15)	(6)
Total das despesas financeiras	**(10.557)**	**(6)**
Total	**(9.980)**	**(6)**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Receita operacional	24.395	24.395
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%
	1.952	2.927
Receitas financeiras	577	577
Base de cálculo	2.529	3.504
Alíquotas vigentes	25%	25%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(631)**	**(876)**
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-
Resultado de IRPJ e CSLL	**(607)**	**(876)**
Alíquota efetiva	**2,43%**	**1,26%**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **22.1. Classificação dos instrumentos financeiros**: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 2	7.838	7.269
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	503	16
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	-	10.069
Adiantamento a fornecedores	12	Custo amortizado	Nível 1	4.175	27
Despesas antecipadas	-	Custo amortizado	Nível 1	34	-
Não circulante					
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	3.563	2.824
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	1.809	6.156
Total				**17.922**	**26.361**
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	14	Custo amortizado	Nível 1	2.872	23.445
Empréstimos e financiamentos	15	Custo amortizado	Nível 1	16.055	10.095
Outras contas a pagar	-	Custo amortizado	Nível 2	213	-
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	Custo amortizado	Nível 2	105.217	93.047
Provisões	16	Custo amortizado	Nível 2	516	-
Total				**124.873**	**126.587**

Mensuração a valor justo: Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. O empréstimo e financiamento do BNB não foi marcado a mercado, classificado como custo amortizado, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

	Valor Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo		
Moeda nacional		
Instituição financeira		
BNB Nível 2	121.272	121.272
Total	**121.272**	**121.272**

22.2. Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 14, têm como contraparte o agente Banco do Nordeste (BNB). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem risco de mercado associado ao IPCA e ao CDI. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2022 (CDI 13,65% a.a., IPCA 5,79% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução /elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro					
Cauções e depósitos vinculados	CDI	3.563	296	370	444
Total ativos financeiros		**3.563**	**296**	**370**	**444**
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos					
BNB	IPCA+2,33% a.a.	(121.674)	(9.880)	(12.350)	(14.820)
Total passivos financeiros		**(121.674)**	**(9.880)**	**(12.350)**	**(14.820)**
Total		**(118.111)**	**(9.584)**	**(11.979)**	**(14.376)**

22.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 14. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. "Covenants" são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos "Covenants" impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos "Covenants" quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 14. Até 31 de dezembro de 2022 todos os "Covenants" quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter um saldo mínimo em reserva especial, motivo pela qual poderá distribuir somente os dividendos mínimos obrigatórios a seus controladores. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7) e Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2022, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Além do controle de "covenants" atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 23.1) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" está considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, este valor difere do divulgado na nota explicativa nº 14. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.872	2.872	2.872	-	-	-
Provisões	516	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	1.809	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	121.721	118.440	20.225	2.544	8.907	86.763
Total	**126.469**	**121.312**	**23.097**	**2.544**	**8.907**	**86.763**

22.4. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa" e "Cauções e depósitos vinculados". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	7.838	7.269
Cauções e depósitos vinculados	3.563	12.893
Total	**11.401**	**20.162**

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **22.5. Riscos regulatórios**: A atividade da Companhia é regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade. **22.6. Riscos ambientais:** Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, esses fatores podem trazer variação na potência do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato de venda de energia e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia. A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, clausulas com as seguintes características: : (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais; (iii) a CCEE realiza apurações anuais comparando a geração alocada ao contrato versus o montante contratado, conforme segue.

Cenários	Geração x Montante Contrato	Resultados
1	Abaixo de 90%	Gera ressarcimento, défice de energia valorado ao maior valor entre o PLD médio anual e 115% da tarifa do PPA
2	Entre 90% a 100%	Gera ressarcimento, défice de energia valorado ao maior valor entre o PLD médio anual e 100% da tarifa do PPA
3	Acima de 100%	Gera recebimento, é valorado ao PLD no Mercado de Curto Prazo (MCP), a partir do momento que o cumprimento do contrato atinja 100%

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

23.1. Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	1.373	60	-	-	**1.433**
Responsabilidades com locações operacionais	3	-	-	-	**3**
	1.376	**60**	**-**	**-**	**1.436**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem, essencialmente, acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. **23.2. Obrigação de compra**: As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2042.

23.3. Garantias

Tipos de garantias oferecida	31/12/2022	31/12/2021
Penhor de ações (a)	109	95
Seguro garantia e fianças (b)	121	105
Depósito caução	4	13

a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia. **b)** Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.

24. COBERTURA DE SEGUROS - NÃO AUDITADO

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Não auditado os valores abaixo.

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização em Reais
	Riscos Operacionais - Danos Materiais,	
Ativo Imobilizado	Lucros Cessantes	124
Responsabilidade civil	Geral	56

25. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. A Companhia através de sua área de meio ambiente corporativa, realiza acompanhamento periódico de acordo com as implicações legais e registra com base na melhor estimativa de custo. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2022 foram de R$28 (R$1.693 em 2021), sendo registrado no resultado do imobilizado. A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis à sua operação.

26. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não tem causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível está descrito a seguir: **Trabalhista:** Na referida ação, busca-se a responsabilidade subsidiária da Central Eólica SRMN III S.A. em relação ao pacto laboral, mantido junto à primeira reclamada, requerendo o pagamento de verbas trabalhistas, horas extras, intervalo Intra jornada, verbas rescisórias, multa do art. 477 e 467 da CLT e honorários advocatícios. Como a responsabilidade da SRMN III é subsidiária, SRMN III só será acionada (executada) a pagar a quantia da condenação (sentença ainda ilíquida), caso a primeira reclamada não cumpra com tal obrigação).

	31/12/2021	
	Qtde	Montante
Trabalhista	1	34
Total	**1**	**34**

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO O CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Redução de capital	-	(26.480)
Imobilizado - provisão de desmantelamento	440	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Troca do controle acionário.: Em outubro de 2022 A EDP Renováveis do Brasil S.A. controladora final do complexo SRMN, composto pelas SPEs SRMN I, SRMN II, SRMN III, SRMN IV e SRMN V, anunciou que assinou um Contrato de Compra e Venda com Companhia Paranaense de Energia ("COPEL"), para a vende de 100% da participação acionária da Companhia. O complexo eólico SRMN de 155,4 MW de capacidade instalada, está localizado no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, e está em operação desde o 4T21. O projeto, totalmente detido pela EDPR, recebeu um PPA de 20 anos no leilão de energia 2017. Em 30 de dezembro de 2022 a EDPR atendeu todas as condições precedentes do contrato de compra e venda do complexo SRMN com a Companhia Paranaense de Energia ("COPEL") . Em 30 de janeiro de 2023 a EDPR concluiu os processos da transferência de controle acionário das suas controladas do complexo SRMN, para COPEL o novo investidor.

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor Presidente

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Central Eólica SRMN III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica SRMN III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica SRMN III S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Nuvem gigante assusta banhistas no litoral de SP

Uma nuvem gigante chamou a atenção e assustou os banhistas em praias de Peruíbe, no litoral sul de São Paulo, no último domingo, 5. O fenômeno é relacionado à aproximação de frentes frias. Conforme a Climatempo, a cidade teve temperatura oscilando entre 21°C e 30°C e com grande formação de nuvens. A região da Baixada Santista tem sido atingida, nas últimas semanas, por temporais com grande profusão de raios.

A pesquisadora Ana Paula Paes, do Grupo de Eletricidade Atmosférica (Elat) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), identificou a nuvem gigante que assustou banhistas em Peruíbe como uma nuvem prateleira. "Essas nuvens têm aparecido com mais frequência neste verão. São largas, densas e ocorrem antes de uma tempestade mais intensa. Como se deslocam de forma muito rápida, acabam assustando mesmo as pessoas", disse.

Segundo ela, podem acontecer descargas elétricas (raios) durante e depois da passagem da nuvem. "É uma nuvem longa, às vezes muito extensa, formada em camadas e costuma ser o prenúncio de uma tempestade. Quando as pessoas veem uma formação assim, que indica que o tempo está mudando, é aconselhável procurar abrigo ".

Na segunda-feira, 6, horas depois que a nuvem prateleira surgiu em Peruíbe, uma tempestade de raios atingiu a Baixada Santista, na mesma região do litoral, segundo o Elat. Foram mais de 3,5 mil descargas elétricas em nove cidades, incluindo Peruíbe. No domingo, ao menos 1,2 mil raios voltaram a cair na região. Não houve registro de acidentes com pessoas em consequência da alta concentração de raios.

Redes sociais - O registro da nuvem incomum foi feito pelo músico Marcos Antônio da Costa, de 45 anos, que divulgou as imagens em redes sociais nesta terça-feira, 7. Ele relatou que muitas pessoas correram, temendo uma tempestade. Costa estava se apresentando em um quiosque, na praia do bairro Stella Maris, e fez o registro do fenômeno. Outros moradores da cidade relataram em redes sociais terem visto a mesma formação. O jornalista Celzo Vernizzi, morador de Peruíbe e conhecido como "homem do tempo" por usar as redes sociais para postar as previsões do tempo, disse que o fenômeno se formou devido às baixas pressões atmosféricas como as que causaram as chuvas intensas no Litoral Norte recentemente. "Acontecem devido às variações climáticas bem intensas, com o clima abafado. As nuvens assim não são corriqueiras, mas os caiçaras estão acostumados com elas", disse.

Meteorologistas também viram nas nuvens características de "ruas de nuvens rolos", formadas por ventos que sopram em direção opostas.

Imagens de satélite desses fenômenos foram captadas pela MetSul, empresa de meteorologia, em agosto do ano passado. Uma dessas nuvens, naquela ocasião, alcançou a costa na altura da Baixada Santista, e o litoral do Rio de Janeiro. Conhecidas ainda como "clouds streets" no jargão da meteorologia em inglês, as "ruas de nuvens" não são perigosas, segundo a MetSul. Elas são formadas por longas fileiras de nuvens cumulus, orientadas paralelamente à direção do vento.

De acordo com a empresa de meteorologia, o ar quente ascendente esfria gradualmente à medida que sobe para a atmosfera. A umidade na massa do ar quente esfria e condensa, formando as nuvens, que se juntam. Várias dessas massas de altar alternadas subindo e descendo se alinham com o vento e as chamadas "ruas de vento" se formam.

Moraes: Esse é momento para Congresso analisar problema do sistema penitenciário

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem, 9, que agora "é um momento muito importante para que o Congresso analise um dos grandes problemas do Brasil que é o sistema penitenciário". Segundo o magistrado, ele fez esse apelo aos senadores bolsonaristas que o visitaram em seu gabinete na semana passada para relatar preocupações sobre a condição dos presos pelos atos golpistas de 8 de janeiro. "A maioria dos presos é de classe média, por isso houve repercussão maior", destacou o magistrado no início da sessão plenária de hoje, depois de apresentar um relatório sobre as prisões dos envolvidos nos atos. "A maioria dos 700 mil presos no Brasil não é de classe média, são em maioria pobres e pretos". A fala de Moraes foi reiterada pelo ministro André Mendonça. "Estamos muito distantes do mínimo que se espera nessa seara", afirmou. Mendonça, que foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e costuma ter posições alinhadas a ele, também disse que depredação às sedes dos três Poderes é "injustificável". Ele cumprimentou Moraes pela condução dos inquéritos sobre os atos golpistas e pela visita que o ministro fez, na última segunda-feira, às instalações da penitenciária feminina da Colmeia, no Distrito Federal, que abriga presas envolvidas na depredação. Mendonça disse que Moraes mostrou preocupação com o conhecimento da realidade e a individualização das condutas. "Tive várias conversas com o próprio ministro Alexandre, com outros ministros daqui, de procurar fazer em menor prazo possível essa individualização e tratamento mais justo possível dentro daquilo que encontrarmos nos autos dessas condutas", ressaltou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 09/03/2023 | 19:40:09 PST
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. **AUT